

CADERNO II. INFORMAÇÃO DE BASE

Análise biofísica e socio-económica sumária, nos aspectos com relevância para a determinação do risco de incêndio

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO

O concelho de Castro Verde, insere-se na região do Baixo Alentejo, e pertence ao distrito de Beja. Tem como concelhos vizinhos, a norte, os concelhos de Aljustrel e Beja; a sul, o concelho de Almodôvar; a oeste, o concelho de Ourique e a leste, o concelho de Mértola (mapa II.01, em anexo). O concelho apresenta uma área total de 569,4 km², e é constituído por cinco freguesias: Casével, Castro Verde, Entradas, Santa Bárbara de Padrões e São Marcos de Ataboeira, cujas áreas são apresentadas no quadro II.1.

De acordo com a lei orgânica da Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF), o concelho de Castro Verde enquadra-se na Circunscrição Florestal do Sul e pertence ao Núcleo Florestal do Baixo Alentejo.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) para o concelho de Castro Verde abrange a totalidade do concelho.

Freguesias	Área (Km ²)
Casével	23,2
Castro Verde	299,9
Entradas	75,9
Santa Bárbara de Padrões	67,0
São Marcos de Ataboeira	103,3

Quadro II.1. Área das freguesias (km²).

Fonte: INE, 2001

1.2. HIPSOMETRIA

A altitude é um factor orográfico de grande importância, uma vez que a sua variação provoca a alteração de vários elementos climáticos e, consequentemente, a mudança na composição da cobertura vegetal. Revela-se ainda importante por ser um parâmetro que pode dificultar, de forma significativa, o combate aos incêndios.

O concelho de Castro Verde apresenta uma paisagem pouco acidentada e de baixo relevo, com uma altitude média de duzentos e três metros. A cota mais elevada localiza-se a sul, na freguesia de

Castro Verde, no marco geodésico da Urza, perto do Serro da Bandeira, correspondendo a duzentos e oitenta e oito metros de altitude. A cota mais baixa, correspondente a cento e dez metros, localiza-se a nordeste do concelho, na Ribeira de Cobres, freguesia de São Marcos da Ataboeira, na zona limite com o concelho de Beja. A altitude é em geral mais baixa a norte, nordeste e a este do concelho, na linha que acompanha a Ribeira de Cobres para o interior do concelho, e mais elevada a oeste e a sul do mesmo, como se pode constatar no mapa II.02 (em anexo).

Por tratar-se de um Município caracterizado por uma altitude pouco acentuada, pode assumir-se que este factor não será limitante na DFCI, não exigindo grande esforço por parte das equipas responsáveis pela DFCI.

1.3. DECLIVE

O declive tem uma influência significativa na infiltração das águas, no processo de erosão e no ângulo de incidência dos raios solares.

O declive é ainda um dos parâmetros mais importantes do relevo no que diz respeito ao risco de incêndio, uma vez que quanto maior for o declive do terreno, maior é a proximidade da chama relativamente aos combustíveis que se situam acima, considerando uma progressão de incêndio em sentido ascendente.

Pela observação do mapa II.03, em anexo, verifica-se que os valores de declive de 0% a 2% são os que têm maior representação no concelho. Os declives mais acentuados, superiores a 15% localizam-se ao longo da Ribeira de Cobres e Maria Delgada, na linha longitudinal de sentido sudoeste–nordeste que atravessa o concelho, freguesias de Castro Verde, Entradas e São Marcos da Ataboeira, e no extremo sul da freguesia de Santa Bárbara dos Padrões, no limite que confina com o concelho de Almodôvar, ao longo da Ribeira de Oeiras.

Verifica-se, de uma maneira geral, que não existe uma grande irregularidade na distribuição geográfica das diversas classes de declive pelo Município, o que por si só, facilitará o trabalho das equipas de DFCI no terreno.

1.4. EXPOSIÇÃO

A exposição de um terreno corresponde à sua orientação geográfica, estando relacionada com o grau de insolação e consequentemente com o teor de humidade do combustível e a sua inflamabilidade. Parâmetros como a temperatura, humidade relativa do ar, velocidade e direcção dos ventos locais estão directamente relacionados com esta variável fisiográfica, tendo grandes implicações no planeamento da DFCI.

As classes consideradas compreendem as exposições: Norte, Sul, Leste, e Oeste. Pela observação do mapa II.04, em anexo, pode verificar-se que a classe mais representada não tem qualquer exposição, isto é, o concelho de Castro Verde apresenta-se sobretudo plano. As mais representadas a seguir são as exposições Norte e Oeste, que surgem um pouco por todo o concelho. A classe de exposição Sul, aquela que normalmente apresenta condições mais favoráveis à progressão de um

incêndio, surge sobretudo ao longo duma linha que acompanha aproximadamente a Ribeira da Gata, que começa na freguesia de Casével e atravessa a freguesia de Castro Verde, encontrando-se, no entanto, também dispersa um pouco por todo o concelho.

As zonas com exposições viradas a Sul, caracterizadas por serem as zonas com maiores valores de insolação e consequentemente maiores valores de temperatura e menores teores de humidade relativa, são conhecidas por apresentarem condições óptimas para a eclosão e propagação de incêndios, pelo devem pelas características que apresentam, ter uma vigilância mais rigorosa por parte das equipas de vigilância e ser alvo de maior preocupação no que respeita à DFCL.

1.5. HIDROGRAFIA

Os principais cursos de água permanentes que atravessam o concelho de Castro Verde, como podemos ver no mapa II.05, são: a Ribeira de Cobres, a Ribeira de Maria Delgada, a Ribeira de Alvacar, a Ribeira da Fontinha, a Ribeira da Gata, a Ribeira da Chada, Ribeira de Terres, e Ribeira da Cinceira, todas elas pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana. À excepção da Ribeira da Gata, que tem uma direcção, aproximadamente, noroeste-sudeste, todas as outras ribeiras têm uma direcção, aproximadamente, nordeste-sudoeste. A Ribeira de Cobres é a ribeira mais extensa e subdivide-se no seu percurso dando origem à Ribeira de Maria Delgada.

Há ainda a salientar a existência de várias albufeiras de pequena dimensão espalhadas pelo concelho com uma superfície quase sempre inferior a um hectare, tendo as duas maiores uma superfície aproximadamente de 20 e 25 hectares, localizando-se respectivamente na Horta da Nora e na Ribeira da Gata.

Os cursos de água referidos, em conjunto com outros cursos de água de menor importância, dispersos por todo o Município, assumem grande influência na Defesa da Floresta Contra Incêndios, desde que a vegetação das suas margens seja gerida de forma adequada. Dado o regime de marcada sazonalidade dos cursos de água nesta região mediterrânica são os açudes, as albufeiras e os pontos de água, relativamente bem distribuídos pelo Município, que assumem grande importância para o abastecimento das equipas de combate a incêndios. De realçar, ainda, a proximidade à barragem do Roxo, no Município de Aljustrel, e da Barragem do Monte da Rocha, no Município de Ourique, as quais podem ser utilizadas para abastecimento dos meios aéreos no combate aos incêndios florestais, assim como funcionarem como barreira natural na progressão de um incêndio.

2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Os factores meteorológicos são absolutamente determinantes no comportamento de um incêndio. As altas temperaturas e as baixas precipitações favorecem a ocorrência de incêndios, assim como a humidade relativa do ar, influenciada pela temperatura, é também um factor importante, pois condiciona o teor de humidade do material combustível. A acção do vento, por seu lado, faz-se sentir a vários níveis, nomeadamente provocando a desidratação dos materiais combustíveis e facilitando a propagação dos incêndios, pelo aumento de oxigenação das chamas, pela inclinação das chamas, colocando-as em contacto com zonas vizinhas e pelo transporte de material em combustão, propiciando o surgimento de focos secundários.

A análise climática do concelho de Castro Verde, aqui apresentada, é feita com base nos valores médios observados na estação meteorológica de Beja, e publicados pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no fascículo “Normais Climatológicas da Região de Alentejo e Algarve”, correspondentes ao período de 1951-1980. Será feita, no entanto, inicialmente uma descrição da rede climatológica existente no concelho.

2.1. REDE CLIMATOLÓGICA

O mapa II.06, em anexo, apresenta a distribuição da rede climatológica existente no concelho de Castro Verde.

A estação udoográfica localizada na freguesia de Castro Verde entrou em funcionamento dia 1 de Setembro de 1931 e encontra-se a 217 metros de altitude. A estação udométrica localizada na freguesia de Santa Bárbara dos Padrões entrou em funcionamento a 1 de Outubro de 1979 e encontra-se a 239 metros de altitude. A estação udométrica localizada na freguesia de São Marcos da Ataboeira entrou em funcionamento dia 1 de Outubro de 1956 e encontra-se a 182 metros de altitude.

Entre Janeiro e Fevereiro de 2001, estas estações passaram a automáticas e são da responsabilidade do Instituto da Água (INAG).

Existem ainda duas estações udométricas pertencentes ao Instituto de Meteorologia, uma em Castro Verde e outra em São Marcos da Ataboeira, respectivamente a 190 e 174 metros de altitude.

2.2. TEMPERATURA

A temperatura do ar é um parâmetro meteorológico de grande importância na prevenção e combate dos incêndios florestais.

Na região do Baixo Alentejo, a temperatura do ar é principalmente condicionada pela latitude, pelo afastamento do mar, pelo relevo e pelo regime e exposição dos ventos.

Tendo em conta o gráfico II.1, verifica-se que a temperatura aumenta gradualmente ao longo do ano, atingindo os valores mais elevados nos meses de Julho e Agosto, em que a temperatura média máxima é de 32,30°C, e a temperatura média mensal ronda os 24°C, a partir daí a temperatura decresce gradualmente atingindo os valores mais baixos entre Dezembro e Fevereiro. Janeiro é o mês mais frio, com uma temperatura média mensal de 9,5°C. A temperatura máxima (42,7°C) verificou-se no mês de Julho. Convém, no entanto salientar ainda, relativamente às temperaturas máximas, que se registam valores acima dos 40°C nos meses entre Junho e Setembro.

Relativamente às implicações na DFCI poderá dizer-se que temperaturas bastante elevadas como as verificadas no Município de Castro Verde, nomeadamente no período estival, são favoráveis à ocorrência de incêndios, quer por motivos naturais ou antrópicos, podendo em certa medida dificultar a prevenção e o combate aos incêndios.



Gráfico II.1. Temperaturas no concelho de Castro Verde – Temperatura média mensal, temperatura média máxima e temperatura máxima (1951-80).

Fonte: Normais Climatológicas, Estação Meteorológica de Beja, 1951-80, IM.

2.3. HUMIDADE

Tendo em conta o gráfico II.2, verifica-se que para o período 1951-80, os valores médios mensais de humidade relativa mais baixos, registados às 6 horas, ocorrem no mês de Agosto (84%) e os mais elevados nos meses de Janeiro e Fevereiro (93%). Os valores médios mensais de humidade relativa registados às 18 horas, são mais baixos no mês de Agosto (34%) e mais altos nos meses de Janeiro e Dezembro (81% e 80% respectivamente). Ao longo do dia, a humidade relativa do ar varia na razão inversa da evolução da temperatura, atingindo-se os valores mínimos durante a tarde quando a temperatura do ar é mais elevada, sendo essa diminuição mais importante nos meses de Verão, influenciando o teor de humidade dos combustíveis florestais, e consequentemente o risco de incêndio.

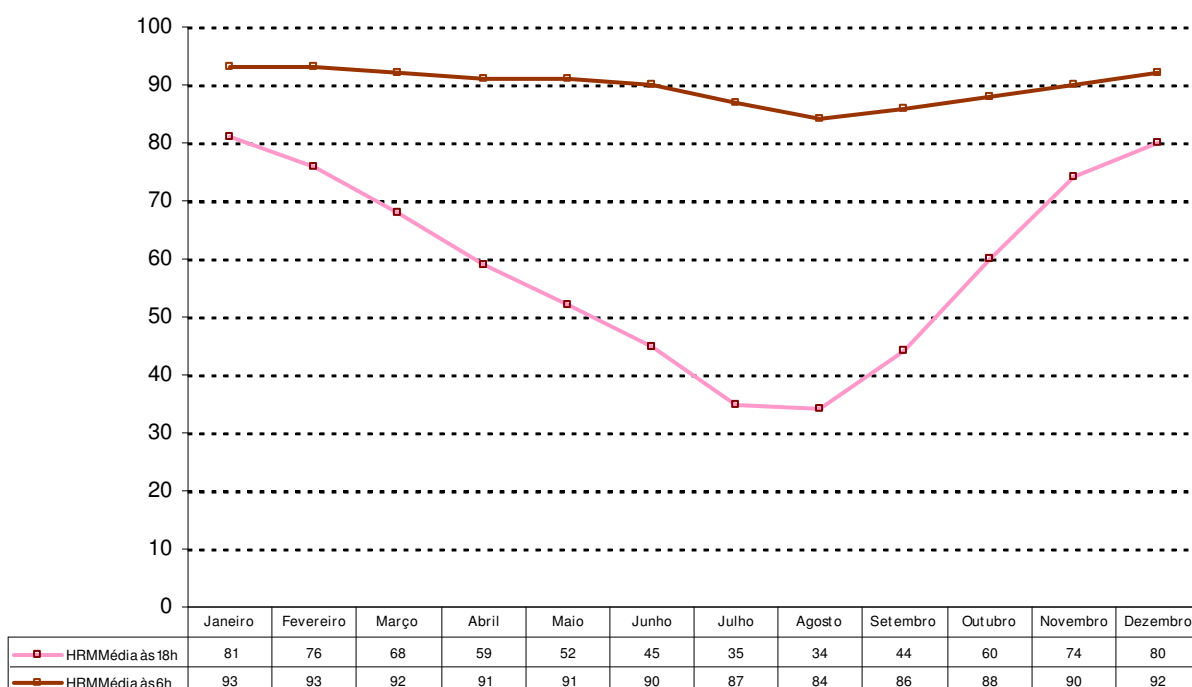


Gráfico II.2. Humidade relativa mensal no concelho de Castro Verde – valores médios mensais às 18 horas e às 6 horas (1951-80).

Fonte: Normais Climatológicas, Estação Meteorológica de Beja, 1951-80, IM.

2.4. PRECIPITAÇÃO

Como podemos ver no gráfico II.3 a precipitação não é regular ao longo do ano, concentrando-se no período entre Outubro e Março, os valores mais elevados de precipitação média mensal total ocorrem nos meses de Dezembro e Janeiro, e os valores mais baixos nos meses de Julho e Agosto. O período entre Maio a Setembro, em que a precipitação é inferior a duas vezes a temperatura, é classificado, de acordo com o postulado de Gaussen, como seco, sendo por isso o período em que o risco de incêndio é mais elevado.

Relativamente à precipitação média máxima diária verifica-se que esta também não é regular ao longo do ano, observando-se três picos de máximo, o maior em Outubro, outro em Janeiro e o terceiro em Junho. O valor mínimo de precipitação média máxima diária ocorreu em Julho.

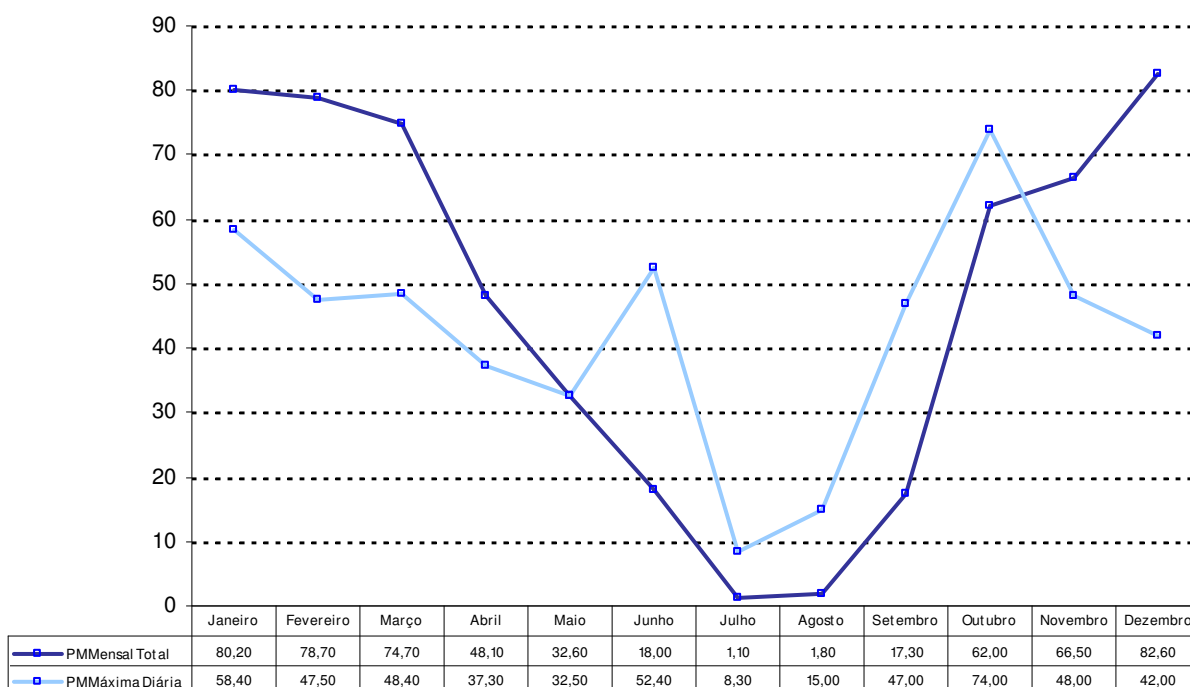


Gráfico II.3. Precipitação mensal no concelho de Castro Verde - valores médios mensais totais, valores médios máximos diários (1951-80).

Fonte: Normais Climatológicas, Estação Udométrica de Castro Verde, 1951-80, IM.

2.5. VENTOS DOMINANTES

O vento é um parâmetro muito inconstante, estando fortemente interligado com a dispersão dos incêndios florestais.

Tendo em conta o quadro II.2, verifica-se que os ventos dominantes são do quadrante Oeste, seguido do quadrante Noroeste, intensificando-se a ocorrência de ventos com estes rumos nos meses de Verão.

O rumo Norte apresenta uma maior frequência no mês de Abril e uma maior velocidade nos meses de Maio e Agosto; o rumo Nordeste apresenta uma maior frequência no mês de Dezembro e uma maior velocidade no mês de Maio; o rumo Este apresenta uma maior frequência no mês de Janeiro e uma maior velocidade no mês de Março; o rumo Sudeste apresenta uma maior frequência no mês Outubro e uma maior velocidade nos meses de Outubro e Novembro; o rumo Sul apresenta uma maior frequência no mês de Janeiro e uma maior velocidade no mês de Fevereiro; o rumo Sudoeste apresenta uma maior frequência e velocidade no mês de Fevereiro; o rumo Oeste apresenta uma maior frequência no mês de Agosto e uma maior velocidade no mês de Fevereiro; o rumo de Noroeste apresenta uma maior frequência no mês de Julho e uma maior velocidade no mês de Agosto. O mês em que se registam maior número de calmas é em Setembro. Entre os meses de Junho e Setembro, os ventos apresentam uma velocidade média entre 14,2 e 15,8 km/h e sopram predominantemente de Oeste.

Mês	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C	V
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V		
Janeiro	7,4	11,6	12,4	12,2	15,9	13,0	12,6	18,1	9,4	17,0	15,5	18,7	16,7	16,3	9,6	14,2	0,4	15,6
Fevereiro	9,4	11,3	12,9	13,4	11,5	12,7	10,1	18,3	11,0	18,7	17,4	21,7	18,8	18,6	8,3	15,3	0,5	16,4
Março	8,2	14,3	10,7	13,9	11,0	13,6	8,7	16,0	7,3	16,4	16,4	19,9	24,2	17,4	13,2	15,7	0,4	15,9
Abril	12,3	13,5	10,0	14,2	7,0	12,1	6,1	13,7	6,8	17,0	13,0	17,8	26,8	17,0	17,7	15,6	0,4	15,3
Maio	9,4	13,9	6,5	14,3	4,5	13,1	5,6	13,9	7,2	15,4	14,2	16,3	32,3	16,7	19,8	15,6	0,4	15,4
Junho	7,4	13,3	5,4	13,5	4,7	11,3	5,5	12,9	7,6	13,7	13,1	15,7	38,1	16,8	17,6	15,3	0,4	15,1
Julho	6,5	13,6	3,4	12,6	4,1	10,9	4,5	12,8	5,8	12,8	9,2	13,8	42,4	17,2	23,6	15,8	0,3	15,7
Agosto	7,1	13,9	4,5	13,6	3,7	11,9	4,1	13,2	4,6	13,6	8,6	14,5	44,4	17,0	22,8	16,1	0,2	15,8
Setembro	6,5	11,7	4,9	11,2	6,4	11,7	7,8	14,6	9,7	13,5	12,3	15,6	35,0	15,8	16,7	14,3	0,8	14,2
Outubro	10,5	12,0	11,1	11,9	12,1	12,8	13,7	16,6	10,0	16,2	10,5	18,4	19,1	15,6	12,4	14,0	0,6	14,7
Novembro	10,5	11,8	13,7	12,2	15,2	11,8	10,2	16,6	7,8	18,4	10,2	18,6	18,5	16,3	13,3	14,5	0,6	14,6
Dezembro	11,1	11,3	13,9	11,5	13,8	12,4	9,8	16,4	8,6	18,3	11,8	21,4	18,2	17,9	12,3	14,2	0,5	15,2
	8,8	12,7	9,1	12,8	9,1	12,4	8,2	15,9	8,0	16,1	12,6	18,0	18,0	16,9	15,7	15,2	0,5	15,3

F= frequência (%); V = velocidade média do vento (km/h); C = Calmas

Quadro II.2. Médias mensais da frequência e velocidade do vento do concelho de Castro Verde (1951-80).

Fonte: Normais Climatológicas, Estação Meteorológica de Beja, 1951-80, IM.

Quanto às implicações DFCI, poderá dizer-se que a velocidade do vento aumenta um pouco durante o período estival, embora nunca atinja velocidades muito elevadas. Analisando a velocidade e a frequência do vento em conjunto com as restantes variáveis climáticas, temperatura, humidade e precipitação, podemos concluir que, durante o período estival, se poderão criar situações difíceis à prevenção e ao combate aos incêndios, mesmo com velocidades baixas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A caracterização da população é indispensável para o desenvolvimento de estratégias orientadas para uma melhor e mais ajustada intervenção do município, quer ao nível de implementação de acções de sensibilização, quer ao nível do planeamento das faixas de gestão de combustíveis.

3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIA E DENSIDADE POPULACIONAL

De acordo com os censos efectuados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1981, a população residente no concelho de Castro Verde era de 7472 habitantes, em 1991, a população residente aumentou ligeiramente para 7762 habitantes e em 2001 decresceu para 7603 habitantes, dos quais 3813 habitantes eram do sexo masculino e 3790 habitantes eram do sexo feminino.

O concelho de Castro Verde tem perdido população, sendo o êxodo rural considerado como um dos principais factores responsáveis por esta tendência, bem como as condições edafo-climáticas locais.

Comparando estes dados com os do Distrito de Beja, constata-se que os valores de população residente, de 1991 para 2001, também diminuíram passando de 169.438 para 161.211 indivíduos, com um valor de densidade populacional de 30,8% (DGOTDU, 2005). Também, a nível do Baixo Alentejo, a taxa de crescimento da população é negativa, sendo esta de -5,7%.

Como podemos ver no mapa II.07 (em anexo), Castro Verde é a freguesia mais povoada do concelho, com 4820 habitantes em 2001, representando mais de 50% da totalidade da população residente no concelho. Casével é a freguesia com o menor número de habitantes, 365 habitantes em 2001, representando apenas 4,8% da totalidade da população residente no concelho.

Santa Bárbara dos Padrões era, em 2001, a freguesia com maior densidade populacional, 19 habitantes/km², logo seguida de Castro Verde com 16,1 habitantes/km², Casével com 15,7 habitantes/km², Entradas com 10,2 habitantes/km², e por último, São Marcos da Ataboeira, com a menor densidade populacional do concelho - 3,6 habitantes/km².

O despovoamento generalizado que se tem vindo a assistir no concelho de Castro Verde, poderá ter implicações negativas na DFCI, na medida que, se tem vindo a assistir ao abandono continuado dos espaços rurais, os quais ficam mais vulneráveis à ocorrência de incêndios. Nesse sentido, será conveniente reforçar a prevenção e a vigilância dessas áreas, no sentido de diminuir o número de focos de incêndio.

3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E SUA EVOLUÇÃO

Como podemos verificar pelo mapa II.08, em anexo, é na freguesia de Santa Bárbara de Padrões que se observa o menor índice de envelhecimento do concelho, em 1991, com um valor de 107,52%; o maior regista-se na freguesia de Casével, com um valor de 223,91%. Em 2001, Casével continuou a ser a freguesia com o maior índice de envelhecimento, com um valor de 446,43%, sendo Castro Verde a freguesia onde se verificou o menor valor, com 130,93%.

A maior variação do índice de envelhecimento, entre 1991 e 2001, verificou-se na freguesia de Casével e a menor na de Castro Verde.

Este cenário repercute-se de forma negativa na defesa da floresta contra incêndios devido a vários aspectos: primeiro por se revelar um crescente abandono das actividades agro-silvo-pastoris, conduzindo por si só a um atraso na detecção e primeira intervenção, assim como, a existência de zonas agrícolas abandonadas, que levarão o aparecimento de áreas contínuas de combustível propícias à propagação de incêndios; segundo por estarmos perante mentalidades de uma população envelhecida também poderá servir de entrave à aceitação de novas formas de organizar e gerir as áreas florestais.

Assim, dever-se-á ter uma vigilância rigorosa por parte das equipas de vigilância, bem como uma maior preocupação no que respeita à DFCL.

3.3. POPULAÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

A economia do concelho assenta na agricultura, na pecuária, nos serviços, no pequeno comércio e na indústria extractiva. Tradicionalmente, a pastorícia ocupa um lugar de destaque na vida das comunidades de Castro Verde, conforme se demonstra historicamente pela importância das feiras de gado da região e, em particular, da famosa Feira de Castro. Atravessado por uma das mais ricas províncias metalogénicas da Península Ibérica, a Faixa Piritosa Ibérica, actualmente, este concelho alberga uma das mais importantes indústrias extractivas do nosso país, razão fundamental para o acréscimo de população de Castro Verde nas décadas de 80 e 90, contrariando a tendência geral das regiões do interior.

No concelho de Castro Verde (vide mapa II.09), o sector terciário é o que emprega actualmente mais pessoas (56,18%), seguido do sector secundário (32,7%), e por último o sector primário, o qual, em 2001 ocupava apenas 11,12% da população empregada.

A nível da freguesia esta ordem de importância verifica-se de igual modo nas freguesias de Castro Verde e São Marcos da Ataboeira, mas não nas outras. Na freguesia de Entradas o sector primário emprega mais pessoas do que o sector secundário, e menos do que o sector terciário. Em Casével e em Santa Bárbara dos Padrões o sector secundário emprega mais pessoas do que o sector terciário, e este mais do que o sector primário. Em Santa Bárbara dos Padrões, a actividade secundária está intimamente ligada à riqueza do subsolo, pois é aí que se encontra a Mina de Neves Corvo, a maior exploração de Cobre da Europa.

3.4. TAXA DE ANALFABETISMO

O Município de Castro Verde tem vindo a assistir a uma redução da taxa de Analfabetismo, pois segundo o INE, o concelho de Castro Verde tinha, em 1991, uma taxa de analfabetismo de 20,5 %, a qual baixou para 15,7%, em 2001.

A redução verificada na taxa de analfabetismo no Município de Ferreira do Alentejo poderá trazer benefícios no âmbito da DFCI, uma vez que uma população mais esclarecida e instruída terá um melhor conhecimento dos comportamentos de risco associados aos espaços florestais, o que poderá conduzir à diminuição do risco de incêndio e melhor cooperação com as medidas preventivas.

4. PARÂMETROS CONSIDERADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS

4.1. OCUPAÇÃO DO SOLO

A caracterização da ocupação do solo do concelho de Castro Verde baseia-se na avaliação da situação actual, feita por fotointerpretação sobre ortofotomapas digitais de cor verdadeira, realizados pela Município, S.A. para a AMBAAL, no âmbito de um projecto PORAentejo e cedidos pela autarquia de Castro Verde, com posterior validação no campo. O voo foi realizado no Verão de 2006, a uma escala média de 1:10 000, sendo a rasterização efectuada à escala 1:22 500 e o pixel de 0,4x0,4 m.

As chaves de interpretação das classes de uso do solo consideradas, e o respectivo código da legenda, foram as seguintes: Agricultura (Ag), Agro-florestal (Af), Áreas sociais (As), Ardido em 2006 (Fogo), Floresta (Fl), Improdutivos (Im), Matos (Mt) e Superfícies Aquáticas (Aq). Dentro da classe de uso Floresta foi ainda realizada a sua discriminação à espécie, à excepção dos novos povoamentos – novas plantações –, os quais são predominantemente de azinheira e de pinheiro manso.

A fotointerpretação e digitalização dos diferentes usos do solo foram realizadas em ecrã, em ambiente *Arcview 3.2/ArcGIS – ArcEditor 9.0*, sobre as imagens georeferenciadas no sistema de coordenadas Hayford-Gauss, *Datum* de Lisboa.

Ocupação do solo (ha) Freguesia	Agro-Florestal	Agricultura	Ardido 2006	Áreas sociais	Floresta	Improdutivo	Matos	Superfícies Aquáticas
Casével	0,00	2152,67	0,00	35,32	127,05	0,00	0,00	8,40
Castro Verde	7047,24	18298,10	2069,73	543,09	1683,87	44,17	174,95	134,63
Entradas	722,75	6155,74	0,00	55,65	441,33	0,00	137,01	76,48
Santa Bárbara de Padrões	928,16	4412,13	0,00	218,62	1106,39	0,00	17,39	21,91
São Marcos da Ataboeira	710,42	8676,75	0,00	43,16	593,30	0,00	259,36	43,61
Total	9408,57	39695,39	2069,73	895,84	3951,94	44,17	588,71	285,03

Quadro II.3. Ocupação do solo do concelho de Castro Verde

Pela análise do mapa II.10 e do quadro II.3, verifica-se que em todo o concelho predominam as superfícies onde se pratica uma agricultura extensiva. Castro Verde é a freguesia onde a sua

representatividade é menor – cerca de 61%, embora, se tivermos em conta a ocupação agro-florestal (montado de azinho e/ou sobreiro, com culturas arvenses sob coberto), os valores ascendam aos 85%. Nas restantes, os valores de superfície agrícola oscilam entre 66% (Santa Bárbara de Padrões) e 93% (Casével). A ocupação agro-florestal é também relevante em Santa Bárbara de Padrões (14%), Entradas (10%) e São Marcos da Ataboeira (7%).

Os povoamentos florestais ocupam aproximadamente 17% da freguesia de Santa Bárbara de Padrões e nas restantes freguesias apenas cerca de 5-6%. As superfícies ocupadas exclusivamente por matos têm uma reduzida expressão, registando-se a mais elevada em S. Marcos da Ataboeira (2,5%).

Na freguesia de Castro Verde delimitou-se uma reduzida superfície de afloramentos rochosos (Improdutivo), situados nas margens da ribeira de Maria Delgada, assim como no Barranco do Tabelaio e na ribeira da Cachopa, nas proximidades das suas confluências com a ribeira de Maria Delgada. É ainda de salientar, nesta mesma freguesia, os 7% de área ardida em 2006, sendo esta maioritariamente de culturas agrícolas e pousios, de acordo com os dados recolhidos. Quanto à componente florestal, os dados fornecidos pela DGRF, indicam que terão ardido aproximadamente 400 ha de povoamentos florestais.

As áreas sociais apresentam reduzida expressão, sendo muitas rurais. Em Santa Bárbara de Padrões o seu valor é mais expressivo pela inclusão nesta classe da mina de Neves Corvo. Estão nela incluídas também, na freguesia de Castro Verde, uma parte dos traçados e acessos ao IC1 e um troço da A2.

De salientar ainda, o elevado número de superfícies aquáticas dispersas pelo concelho, embora de reduzidas dimensões (entre 700 m² e 2 ha), cerca de 18, com dimensões que oscilam entre 2 e 7 ha e 4 de grandes dimensões (13 a 24 ha), importante a nível de abastecimento de água, aquando da ocorrência de incêndios.

Poderá dizer-se que o Concelho de Castro Verde não apresenta um mosaico paisagístico muito complicado no que se refere à DFCI, uma vez que a presença de extensas áreas agrícolas cria descontinuidade nas manchas florestais.

4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS

A ocupação florestal de Castro Verde (vide mapa II.11 e quadro II.4), é caracterizada pela predominância da azinheira (cerca de 8823 ha dos 13360 ha totais), seguida do sobreiro e do eucalipto, estes com expressão muito mais reduzida (727 e 386 ha, respectivamente). Apenas na freguesia de Castro Verde se encontram povoamentos mistos de azinheira e sobreiro, apresentando frequentemente culturas arvenses de sequeiro ou pousios, sob-coberto e algumas vezes matos. É nesta freguesia que se encontra a maior parte dos povoamentos de sobreiro e de eucalipto, sendo também a que apresenta maior área florestal (8731 ha). Por vezes, os povoamentos de eucalipto apresentam matos sob-coberto, particularmente na freguesia de São Marcos da Ataboeira.

Salienta-se também, a elevada percentagem de novas plantações no concelho (3410 ha), sobretudo

nas freguesias de Santa Bárbara de Padrões e Castro Verde, onde ultrapassam os 1000 ha.

Ocupação florestal Freguesia	Azinheira	Sobreiro	Eucalipto	Pinheiro bravo	Pinheiro manso	Outras folhosas	Novas plantações	Área florestal total (ha)
Casével	0,00	0,00	2,13	0,00	0,60	2,28	122,04	127,05
Castro Verde	6449,05	717,93	327,57	1,22	0,00	4,89	1230,46	8731,11
Entradas	729,67	2,44	15,74	0,00	0,00	2,25	413,98	1164,08
Santa Bárbara de Padrões	928,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18	1105,21	2034,55
São Marcos da Ataboeira	716,24	7,29	40,60	0,00	0,00	0,73	538,40	1303,26
Total	8823,12	727,66	386,04	1,22	0,60	11,33	3410,09	13360,05

Quadro II.4. Distribuição das espécies florestais do concelho de Castro Verde.

Uma vez que a maior parte da área florestal do Município está ocupada por Azinheira e Sobreiro, algumas considerações em relação à sua gestão deverão ser tidas em conta no que se refere à DFCI. Assim, importa considerar no planeamento dessas áreas uma gestão selectiva dos matos, que facilmente se desenvolvem em sub-coberto, potenciando o risco de incêndio.

De destacar ainda a importante mancha de Eucaliptal, pelo que importa considerar a sua elevada inflamabilidade, sendo relevante implementar faixas de descontinuidade nestas zonas. Tendo em conta estes factos propõe-se a implementação de medidas preventivas como acções integradas na DFCI.

4.3. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL

Como se pode constatar pelo mapa II.12, em anexo, grande parte do concelho está inserido na Rede Natura 2000, com particular relevância para a Zona de Protecção Especial (ZPE) de Castro Verde - PTZPE046, que ocupa uma área de 42962,1648 hectares, a qual representa 76% da área do concelho. A ZPE abrange a totalidade da freguesia de Entradas e grande parte das freguesias de Casével e São Marcos da Ataboeira. Estende-se numa faixa de sentido norte-sul na freguesia de Castro Verde, sendo limitada a ocidente pela EM 535 e pela EN2. Na freguesia de Santa Bárbara de Padrões é limitada a sul pelo CM 1140. Salienta-se ainda o facto de 54% desta ZPE se encontrar no concelho de Castro Verde.

A Rede Natura 2000 encontra-se ainda representada neste concelho, pelo Sítio Classificado da 1ª fase – Guadiana – PTCON0036, o qual bordeja a Ribeira de Oeiras, na freguesia de Santa Bárbara

de Padrões, numa extensão de 303,7039 ha.

No Plano Sectorial da Rede Natura 2000, realizado pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) em 2006, a ZPE de Castro Verde é caracterizada como integrando a área nuclear do “Campo Branco”, região de peneplanície vocacionada para a agricultura e pecuária extensiva, cujo habitat predominante são áreas agrícolas extensivas, desprovidas de vegetação arbóreo-arbustiva. Ocorrem montados de azinho de densidade variável, charnecas dominadas por estevais e olivais tradicionais. Recentemente, devido aos financiamentos comunitários, tem-se verificado um aumento da área florestal devido a florestações de pinheiro manso e azinho. As áreas agrícolas são exploradas num regime de rotação tradicional de parcelas de acordo com o seguinte esquema geral: 1º ano cereal primário (trigo) – 2º ano cereal secundário (aveia) – 3º ano pousio – 4º ano pousio, o qual é mobilizado no Outono para reinício do ciclo. Ocorrem variações a este esquema, nomeadamente no número de anos de pousio (o qual está dependente da fertilidade do solo). A pecuária tem também um carácter extensivo, com predominância histórica de ovinos mas, na actualidade, com um forte incremento de gado bovino.

É a área mais importante em Portugal para a conservação da avifauna estepária europeia, incluindo algumas espécies com estatuto populacional desfavorável, como a Abetarda *Otis tarda*, o Sisão *Tetrax tetrax* ou a Calhandra *Melanocorypha calandra*.

No concelho não existem áreas florestais públicas (perímetros florestais, matas nacionais ou tapadas).

As áreas referidas encerram valores de conservação prioritária, merecendo especial atenção no que concerne à DFCl. Propõe-se para tal, um sistema integrado de prevenção, fiscalização e vigilância que assegure uma intervenção imediata em caso de incêndio. No entanto, não é de desprezar a necessidade de um planeamento sustentável e continuado destas áreas que contribua para a redução do risco de incêndio.

4.4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO FLORESTAL

Conforme a informação fornecida pela Chefe do Núcleo Florestal do Baixo Alentejo, ofício nº 3217, datado de 19 de Julho de 2007: “No domínio geográfico dos concelhos em referência não se procedeu à identificação de Planos de Gestão Florestal, por não existirem áreas públicas.”

4.5. ZONAS DE RECREIO FLORESTAL, CAÇA E PESCA

Durante o período crítico existem restrições ao acesso nas áreas florestais, no entanto, as zonas destinadas ao lazer e recreio constituem uma excepção, uma vez que, devidamente licenciadas, são passíveis de serem utilizadas pela população durante todo o ano, como tal, é importante fazer-lhes referência face às suas implicações na DFCl.

No concelho de Castro Verde não existem zonas de recreio florestal, tais como parques de campismo, parques de merendas, percursos pedestres, albufeiras ou outros. Não existem igualmente zonas de pesca reservada, profissional ou concessões de pesca desportiva, de acordo com a informação disponibilizada pela DGRF

(<http://www.dgrf.min-agricultura.pt/v4/dgf/area.php?areaid=DSCPAI-P>).

As zonas de caça associativas e turísticas abrangem a quase totalidade da área do concelho (89,80%), variando a sua representatividade entre 95,66% da superfície da freguesia de Entradas e 82,14 % da área da freguesia de S. Marcos da Ataboeira (vide mapa II.13, em anexo).

As zonas de caça associativa predominam no concelho e em todas as freguesias, à excepção de S. Marcos da Ataboeira onde é maior a superfície ocupada por zonas de caça turística (77,36%).

A freguesia de Casével é aquela onde é maior a superfície ocupada por zonas de caça associativa (95,75 %).

4.6. ROMARIAS E FESTAS

De acordo com a informação disponibilizada pelos serviços municipais, o calendário das principais festas e romarias no concelho, em 2007, é o que a seguir se apresenta no quadro II.5.

Mês de realização	Dia de início/fim	Freguesia	Lugar	Designação	Observações
Abril	25	São Marcos da Ataboeira		Festas Tradicionais de São Marcos da Ataboeira	Possibilidade de lançamento de foguetes
Abril e Maio	Final de Abril princípio de Maio	Todo o concelho de Castro Verde		Quinzena Cultural Primavera no Campo Branco	Possibilidade de lançamento de foguetes
Maio	2º fim-de-semana	S. Miguel dos Gregórios		São Miguel	Possibilidade de lançamento de foguetes
Junho	24	Casével		Festas Tradicionais de Casével – São João	Possibilidade de lançamento de foguetes
Junho	29 e dias antecedentes	Castro Verde		Comemorações do Feriado Municipal	Possibilidade de lançamento de foguetes
Julho	25	Entradas		Noites em Santiago	Possibilidade de lançamento de foguetes
Agosto	Último fim-de-semana	Santa Bárbara de Padrões		Tradicionais Festas de Santa Bárbara de Padrões	Possibilidade de lançamento de foguetes
Setembro	1º fim-de-semana		Salto	Nossa Senhora de Aracelis	Possibilidade de lançamento de foguetes

Setembro	2º fim-de-semana	Castro Verde		Planície Mediterrânica – Encontros Musicais de Tradição Mediterrânica	Possibilidade de lançamento de foguetes
----------	------------------	--------------	--	---	---

Mês de realização	Dia de início/fim	Freguesia	Lugar	Designação	Observações
Dezembro	4	Santa Bárbara de Padrões		Vigília de Santa Bárbara de Padrões	Possibilidade de lançamento de foguetes
Dezembro	8	Castro Verde		Nossa Senhora da Conceição (Procissão)	Possibilidade de lançamento de foguetes

Quadro II.5. Romarias e festas do concelho de Castro Verde

Fonte: Sítio da Câmara Municipal de Castro Verde 2007

5. ANÁLISE DOS HISTÓRICO E DA CASUALIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais são fenómenos transversais do ponto de vista do impacte no território, não distinguindo áreas públicas de privadas, limites de propriedade ou de região administrativa. O factor comum às áreas atingidas por um incêndio é a similitude de gestão, ou de ausência da mesma, e consequentemente dos índices de biomassa e de risco de incêndio.

As condições meteorológicas desempenham um papel fundamental na eclosão e no desenvolvimento de um incêndio florestal. No caso de Portugal, onde se verifica a coincidência da época mais seca do ano com a época mais quente, faz com que se agrupem as condições propícias à ignição e propagação dos incêndios, os quais são na grande maioria de origem antrópica intencional ou por negligência. Entre as consequências mais evidentes de um fogo florestal, salientam-se a perda total ou parcial da cobertura vegetal e dos bens que se encontrem na área ardida pelo incêndio. No entanto, devem ser igualmente contabilizadas a erosão provocada no solo, as alterações do ciclo hidrológico e as consequências na biodiversidade.

5.1. ÁREA ARDIDA E OCORRÊNCIAS

5.1.1. DISTRIBUIÇÃO ANUAL

Pela observação do mapa II.14, em anexo, podemos concluir que no concelho de Castro Verde não se verificaram, nos últimos onze anos, nem grande número de incêndios, nem estes foram de grandes dimensões. O de maiores dimensões ocorreu na freguesia de Castro Verde em 2006. Ainda nesta freguesia ocorreu um outro, de pequena dimensão, em 1995. O terceiro incêndio representado no mapa, ocorreu em 2003, na freguesia de Casével, no limite com o concelho de Ourique, encontrando-se neste último concelho a maior parte da área ardida.

Tendo em conta o gráfico II.4, verifica-se que no período entre 1996 e 2006, o número de ocorrências de incêndios foi, em geral, baixa, sendo de duas vezes por ano naqueles em que houve incêndios, com excepção de 1996 em que houve sete ocorrências, correspondendo no entanto a uma área ardida (povoamentos e matos) de apenas 17 hectares. Por outro lado, as áreas florestais ardidas, neste período, são inferiores a cem hectares, com excepção de 2006 em que arderam 431 hectares. Para além disso, ao longo deste período, entre 1996 e 2006, houve cinco anos em que não se registaram quaisquer ocorrências de incêndio.

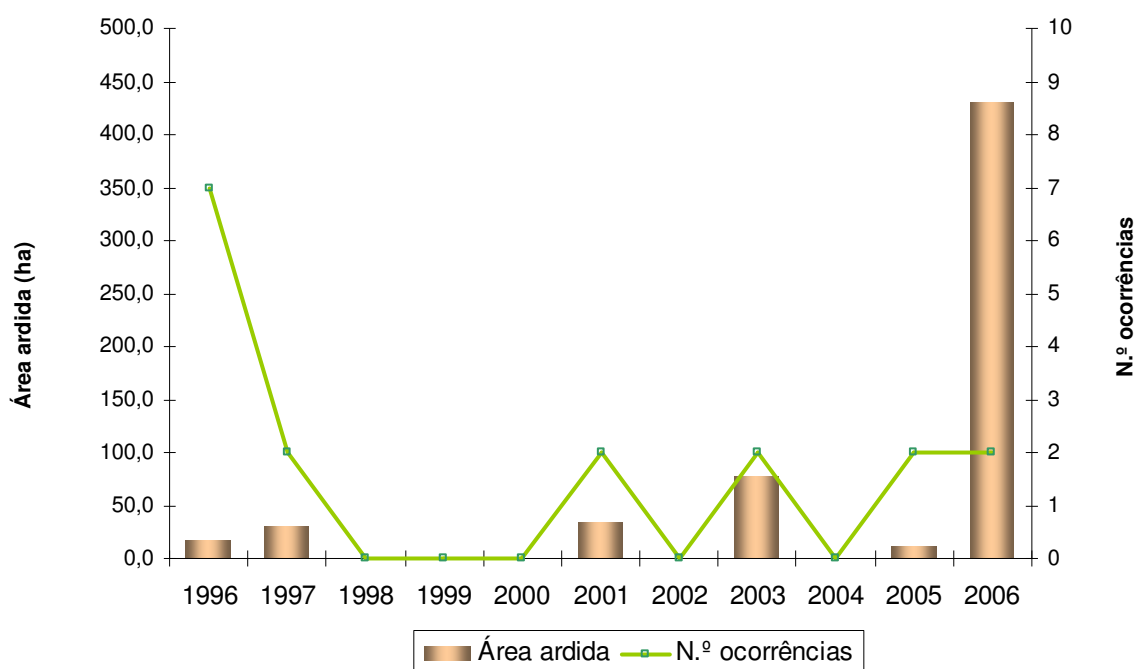


Gráfico II.4. Distribuição anual da área ardida e do n.º de ocorrências (1996-2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

Atendendo ao gráfico II.5. verifica-se que, em 2006, só na freguesia de Castro Verde é que ardeu área florestal, num total de duas ocorrências. A média de área ardida no último quinquénio, nesta freguesia, era no entanto inferior a 1 hectare para uma média de ocorrências inferior a 1.

Relativamente às outras freguesias, verifica-se que a média de área ardida no último quinquénio é maior em Casével, com um valor de 15,54 hectares, e nula em São Marcos da Ataboeira, onde não se verificou qualquer incêndio nos últimos seis anos. Em Santa Bárbara dos Padrões e Entradas registaram-se áreas médias ardidas relativamente baixas, de 6 e 2,4 hectares, respectivamente.

O número médio de ocorrências é inferior a 1 em todas as freguesias, com excepção de S. Marcos da Ataboeira em que é nula.

Se tomarmos o indicador estatístico moda em vez da média, ou seja, o valor que ocorre com maior frequência num dado intervalo, verifica-se que o número de ocorrências de incêndio com maior frequência em qualquer das freguesias de Castro Verde, no período de 2001-2005 é zero, enquanto que no total do concelho é de dois.

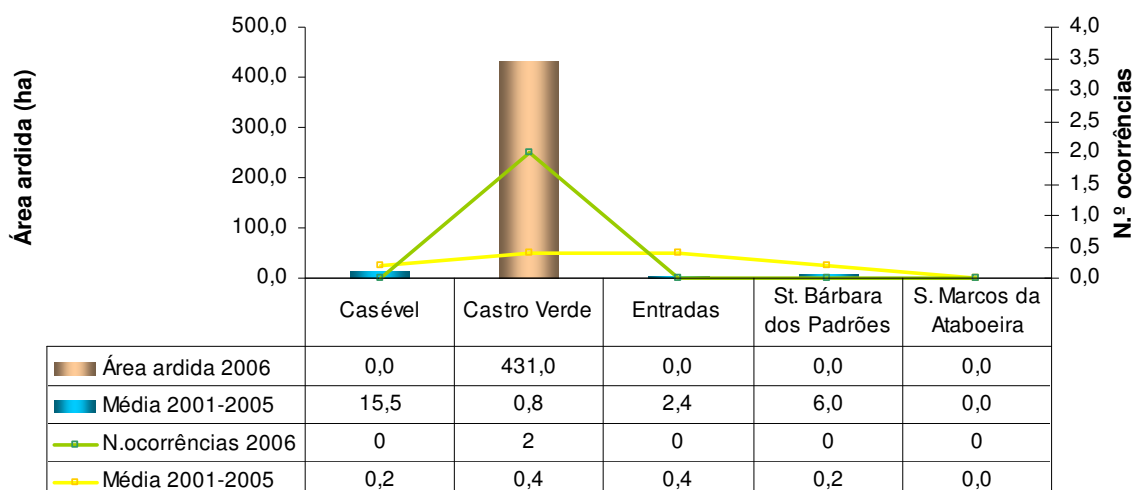


Gráfico II.5. Distribuição da área ardida e do n.º de ocorrências em 2006 e média do último quinquénio 2001-2005, por freguesia.

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

Observando o gráfico II.6, a seguir apresentado, e tendo em consideração que a área total de espaços florestais em cada freguesia inclui as áreas agro-florestais e os matos, conforme o define o DL nº 124/2006 de 28 de Junho, podemos observar que a área ardida por espaços florestais em cada 100 hectares, não ultrapassa os 5 hectares, valor atingido em 2006, e correspondente a um valor de 0,02 ocorrências/hectare de espaços florestais em cada 100 hectares, na única freguesias do concelho onde se registaram ocorrências em 2006 (Castro Verde).

Relativamente ao quinquénio de 2001-2005, verifica-se que a média de área ardida por hectares de espaços florestais em cada 100 hectares é de 3,31 na freguesia de Casével, apresentando valores inferiores à unidade nas outras freguesias, correspondendo a uma média do número de ocorrências igualmente baixo.

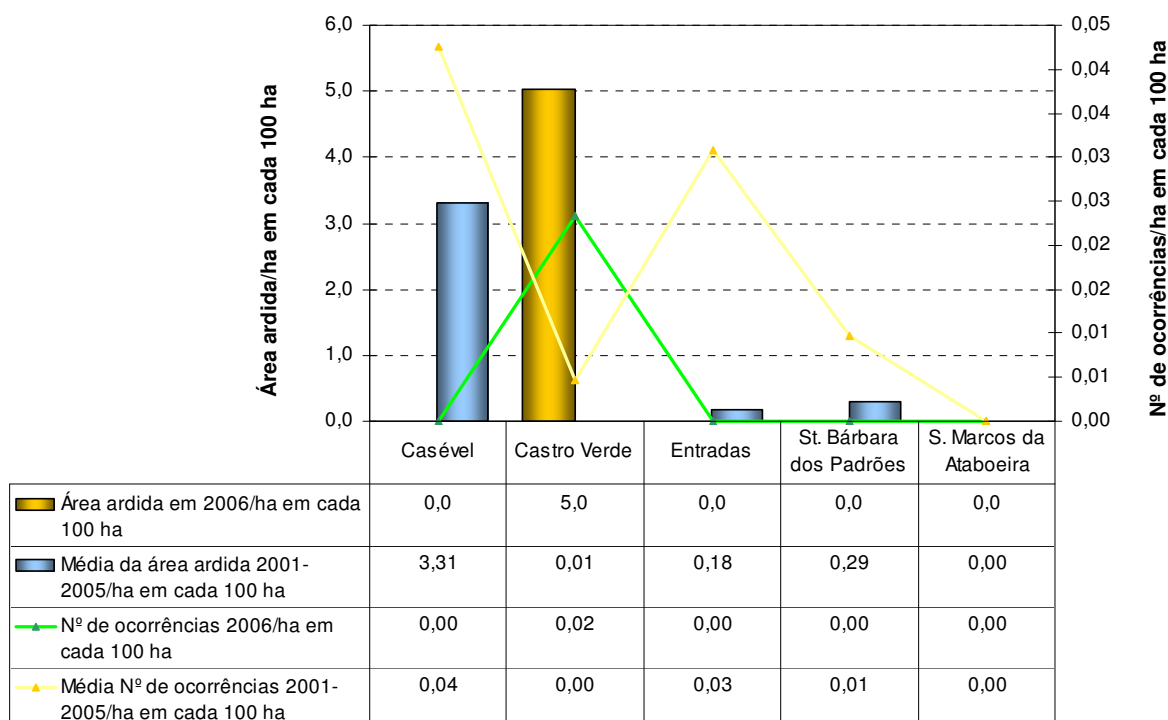


Gráfico II.6. Distribuição da área ardida e do nº de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2001-2005 por espaços florestais em cada 100 hectares, por freguesia.

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

5.1.2. DISTRIBUIÇÃO MENSAL

A distribuição mensal da área ardida e do número de fogos permite identificar quais os meses mais críticos e logo mais susceptíveis à ocorrência de incêndios. Desta forma, torna-se mais fácil planear atempadamente os meses do ano em que a vigilância e a prevenção devem actuar mais intensamente.

Como podemos ver no gráfico II.7, em 2006 houve apenas duas ocorrências, uma no mês de Junho e outra no mês de Julho, com áreas ardidas respectivamente de 30 e 401 hectares.

Verifica-se que a média de ocorrências, nos últimos onze anos, é superior no mês de Junho, seguindo-se o mês de Outubro, e depois os meses de Julho e Setembro, não ultrapassando, no entanto, a unidade. Mais uma vez se analisarmos o indicador moda em vez da média, verificamos que o número de ocorrências mais frequente no período 1996-2006, em qualquer dos meses ao longo do ano é zero. Relativamente à área média ardida, esta é superior no mês de Julho, com um valor de 36,5 hectares, seguindo-se os meses de Junho, Setembro e Outubro. Nos restantes meses a área média ardida é zero.

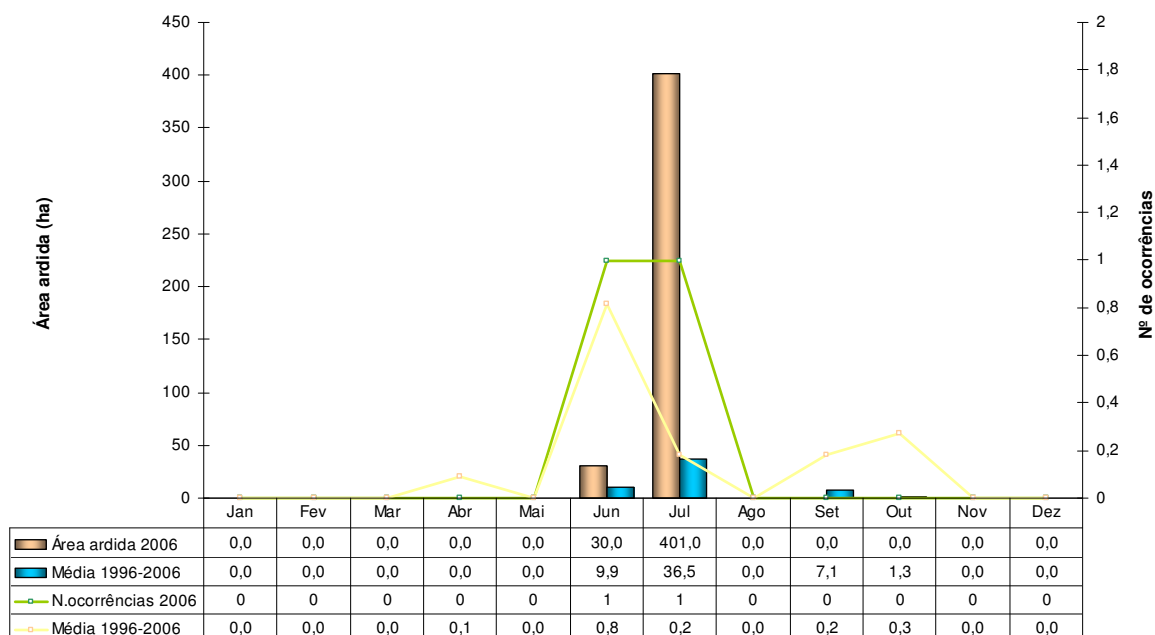


Gráfico II.7. Distribuição mensal da área ardida e do n.º de ocorrências em 2006 e média (1996-2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

Verifica que é durante os meses de Verão, nomeadamente, em Junho, Julho e Setembro, que ocorre o maior número de incêndios e área ardida. Com base nos factores meteorológicos analisados no Capítulo 2, constata-se que nos meses referidos se registaram valores de temperatura mais elevados, ventos mais acentuados e valores de precipitação e humidade relativa do ar mais baixos, parâmetros que combinados entre si potenciam o risco de incêndio, principalmente se os espaços florestais se encontrarem mal geridos e/ou com ausência de planeamento florestal.

5.1.3. DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

Relativamente à distribuição semanal da área ardida, como podemos observar no gráfico II.8, a maior área ardida em 2006 ocorreu numa Terça-feira, e o segundo incêndio deu-se numa Quarta-feira. Verifica-se que a média de ocorrência nos últimos onze anos é superior na Terça e na Quinta-feira, com um valor inferior à unidade, seguindo-se a Quarta e a Sexta-feira. A área média ardida no período considerado é superior na Terça-feira, com um valor de 37,6 hectares, seguindo-se a Quarta e a Sexta-feira, sendo a área média ardida na Segunda e Quinta-feira inferior a um hectare. No Sábado e Domingo esta é nula.

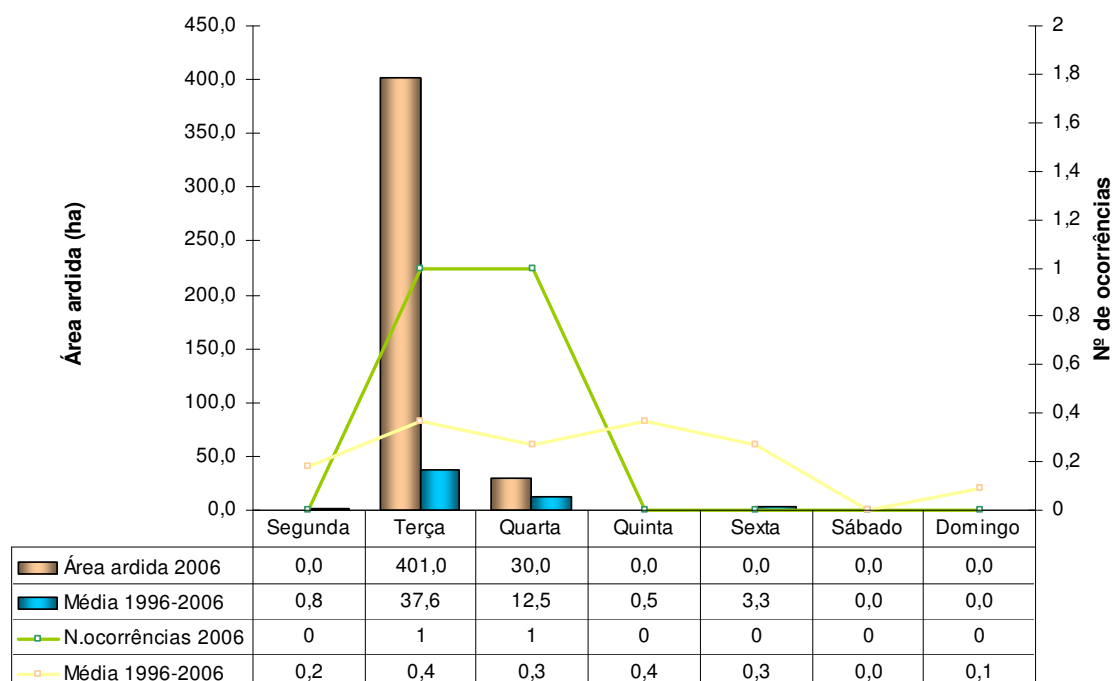


Gráfico II.8. Distribuição semanal da área ardida e do n.º de ocorrências para 2006 e média para 1996-2006.

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

Os maiores valores de área ardida diários acumulados apresentados para o Município de Castro Verde Alentejo indicam forte correlação com o clima, uma vez que, os maiores números de dias críticos ocorrem nos meses mais quentes de Verão que, como já foi referido, são favoráveis à ocorrência de incêndios.

5.1.4. DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA

A distribuição horária da área ardida e número de ocorrências pode ser utilizado como um forte indicador no planeamento dos horários e do número de equipas de vigilância a actuar no terreno pelos diferentes períodos do dia.

Tendo em conta o gráfico II.9, verifica-se que os valores diários acumulados de área ardida apresentam um padrão quase uniforme, correspondendo à ausência de incêndio, ou a valores muito baixos. Salientam-se quatro rupturas, uma em 27 de Junho de 1997, com um valor de 30 hectares, outra em 27 de Junho de 2001, também com um valor de 30 hectares, uma terceira em 10 de Setembro de 2003, com um valor de 77,7 hectares, e a quarta em 11 de Julho de 2006, com 401 hectares. O número de ocorrências regista por sua vez um padrão bastante homogéneo ao longo de todo este período, não se verificando nenhuma ruptura, correspondendo a um valor de uma ocorrência diária acumulada, já que ao longo deste período apenas num dia, em 20 de Junho de 1996, se registaram dois incêndios no mesmo dia.

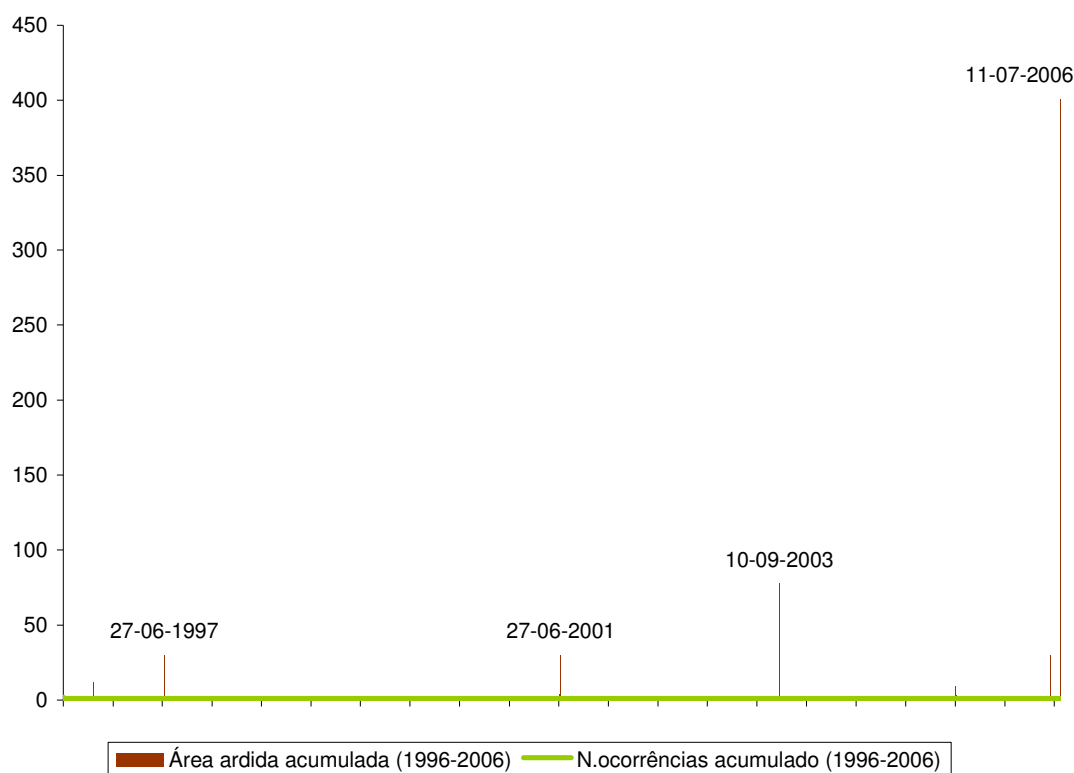


Gráfico II.9. Valores diários acumulados da área ardida e do n.º de ocorrências (1996 – 2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

5.1.5. DISTRIBUIÇÃO HORÁRIA

Tendo em conta o gráfico II.10 verifica-se que o maior número de ocorrências de incêndio teve lugar por volta das 15 e das 17 horas, quando se verificaram igualmente as maiores áreas ardidas (109,68 e 60,5 hectares, respectivamente), com excepção do maior incêndio ocorrido no concelho (401 hectares) que teve início por volta das 11 horas da manhã, e correspondeu apenas a uma ocorrência. Entre as 22 horas e as dez da manhã, as áreas ardidas são nulas ou praticamente nulas, apesar de no período considerado se ter registado uma ocorrência entre as 22:00 e 22:59 e duas ocorrências entre as 23:00 e 23:59, e outra às 4 horas da manhã.

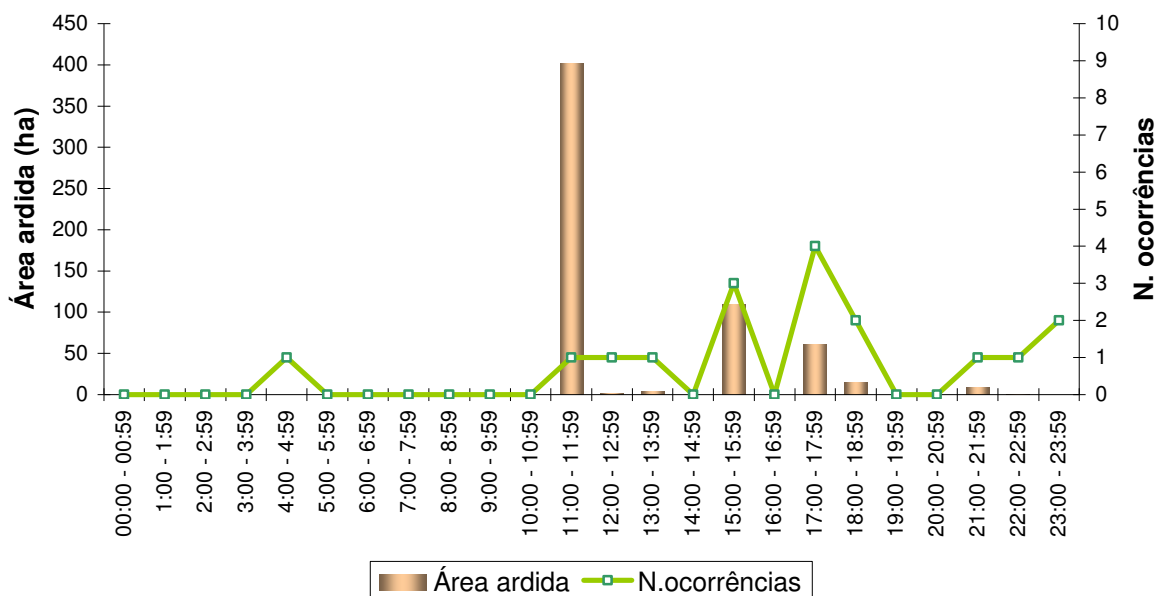


Gráfico II.10. Distribuição horária da área ardida e do n.º de ocorrências (1996 – 2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

Os maiores valores de área ardida e número de ocorrências encontram correspondência com as horas do dia de maior calor, sendo as temperaturas elevadas, uma das causas dos incêndios registados. Face às condições apresentadas verifica-se a necessidade de reforçar os meios de vigilância, detecção, primeira intervenção e combate aos incêndios nos períodos do dia mais críticos.

5.2. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS FLORESTAIS

Tendo em conta o gráfico II.11, a área ardida de povoamentos entre 1996-2006 foi de 514,47 hectares, tendo em 2006 ardido 431 hectares, o que representa 83% da área de povoamentos ardida neste período. Menores áreas, entre 12 hectares e 37,47 hectares arderam em 2001, 2003 e 2005. A área total de matos ardida entre 1996 e 2006 foi de 87,22 hectares, as quais oscilaram entre os 17 hectares e 40,22 hectares ardidos nos anos de 1996, 1997 e 2003. A área total de matos ardidos representa apenas 14,5% da área total florestal ardida. No entanto, se não considerarmos o grande incêndio ocorrido em 2006, verifica-se que esta percentagem sobe para 43%, ou seja, a área de matos ardida representa cerca de metade da área florestal ardida.

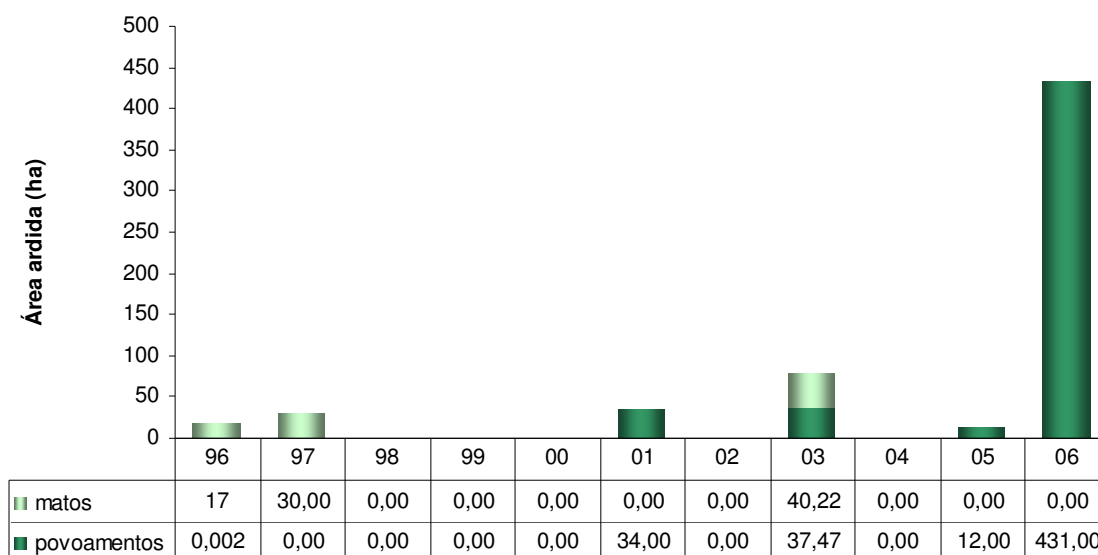


Gráfico II.11. Distribuição da área ardida por tipo de coberto vegetal (1996 – 2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POR CLASSES DE EXTENSÃO

No gráfico II.12 podemos ver que para o período de 1996-2006 o maior número de ocorrências corresponde a incêndios na classe de 0 a 1 hectares, seguindo-se a classe entre 1 e 10 hectares. Nas duas classes superiores, de 50-100 hectares e maior de 100 hectares, registou-se apenas uma ocorrência em cada uma delas.

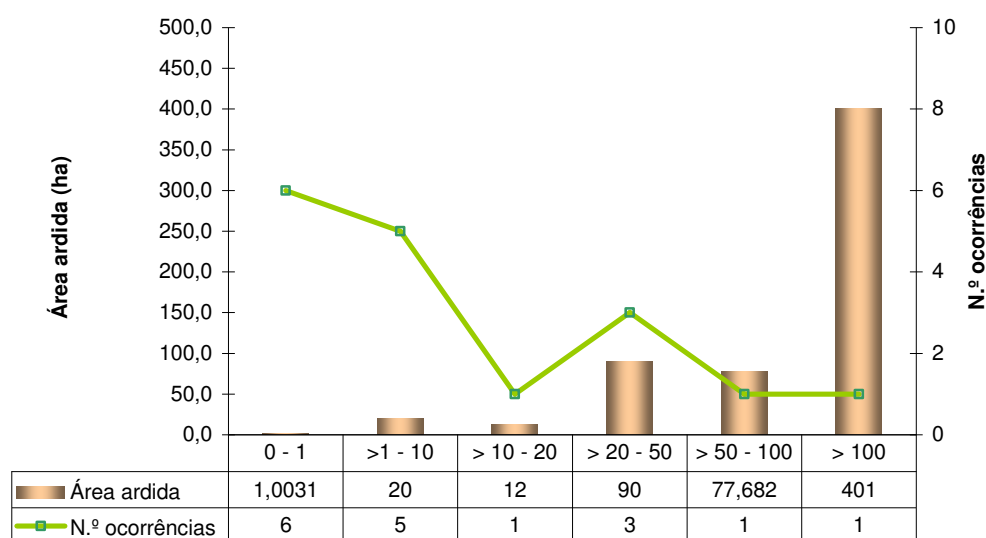


Gráfico II.12. Distribuição da área ardida e n.º de ocorrências por classes de extensão (1996 – 2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

5.4. PONTOS DE INÍCIO E CAUSAS

O mapa II.15, em anexo, apresenta os pontos de início e as respectivas causas dos incêndios observados no concelho de Castro Verde, entre 2001 e 2006. Apenas para três dos incêndios foram registadas as causas. Tendo sido dois deles por causa desconhecida e o outro por negligência.

Estes dados são discriminados, para o mesmo período, por freguesia, no quadro II.6. Assim vemos que, neste período, registou-se um incêndio por negligência na freguesia de Casével; na freguesia de Castro Verde, ocorreram quatro incêndios, não tendo sido determinada a causa em três deles e outro sendo de causa desconhecida; na freguesia de Entradas ocorreram dois incêndios não sendo determinada a causa para nenhum deles; na freguesia de Santa Bárbara de Padrões ocorreu um incêndio, o qual foi dado como tendo causa desconhecida.

Não existe informação que possibilite estabelecer relação entre o ponto de início de um incêndio e área ardida resultante do início da ocorrência.

Freguesia	Causas	Total de incêndios	Nº de incêndios investigados
Casével	Indeterminada	1	0
	Desconhecida		0
	Negligência		1
	<i>Sub-Total</i>		1
Castro Verde	Indeterminada	4	3
	Desconhecida		1
	Negligência		0
	<i>Sub-Total</i>		4
Entradas	Indeterminada	2	2
	Desconhecida		0
	Negligência		0
	<i>Sub-Total</i>		2
Santa Bárbara dos Padrões	Indeterminada	1	0
	Desconhecida		1
	Negligência		0
	<i>Sub-Total</i>		1
São Marcos da Ataboeira	Indeterminada	0	0
	Desconhecida		0
	Negligência		0
	<i>Sub-Total</i>		0
	Indeterminada	8	5
	Desconhecida		2
	Negligência		1
	Total		8

Quadro II.6. – Nº total de incêndios e causas por freguesia (2001 – 2006)

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

5.5. FONTES DE ALERTA

Como podemos ver no gráfico II.13. o alerta mais frequente é dado pela população, representando 49% das ocorrências. A segunda fonte de alerta é Outros, representando 25%, e o 117 e o CDOS participam igualmente em 13% dos alertas.

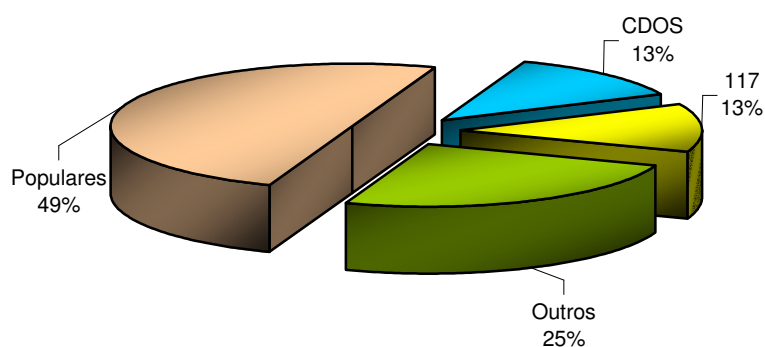


Gráfico II.13. Distribuição do n.º de ocorrências por fonte de alerta (2001 – 2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006.

No gráfico II.14, vemos que os alertas dados pelos populares ocorreram a várias horas do dia, por volta das 4 da manhã, das 14 e das 17 horas, pelos Outros por volta das 11 e às 15 horas, pelo 117 por volta das 11 horas, e pelo CDOS, por volta das 16 horas. É de notar que o incêndio cujo alerta foi dado pelo 117 foi o de maior dimensão ocorrido no concelho, no período de tempo considerado.

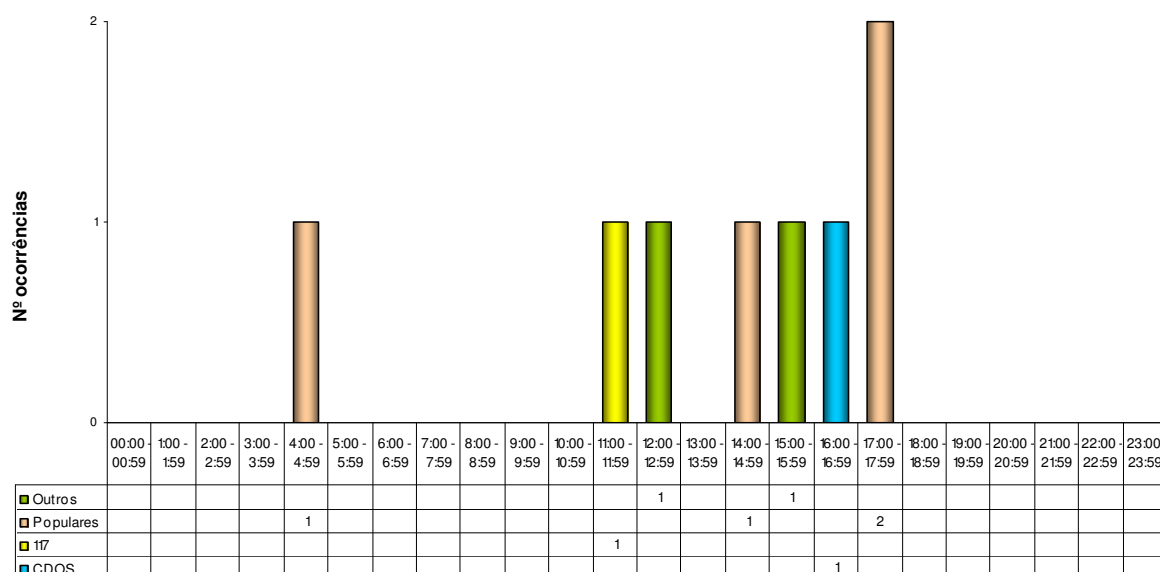


Gráfico II.14. Distribuição do n.º de ocorrências por fonte e hora de alerta (2001 – 2006).

Fonte: Estatísticas Nacionais de Incêndios Florestais, DGRF, 2006

5.6. GRANDES INCÊNDIOS

Para a análise dos grandes incêndios, isto é, com uma área ardida superior a 100 hectares não são apresentados gráficos uma vez que no concelho de Castro Verde, nos últimos onze anos, apenas se registou um incêndio desta dimensão, o qual teve lugar no passado ano de 2006.

Neste incêndio, que ocorreu numa terça-feira, no mês de Julho, arderam 401 hectares, tendo sido o alerta dado às 11 horas da manhã, através do serviço 117 (vide mapa II.16 em anexo).